



## CÂMARA MUNICIPAL CAMPO NOVO DO PARECIS

**REQUERIMENTO Nº 52/2025**

**AUTORIA: VEREADORES MILTON SOARES, BEITO MACHADINHO, ELIAS BARRIGA, WILLIAN FREITAS, DR. ANDREI E JOAQUIM EQUIP.**

Senhor Presidente,

Requeremos, ouvido o soberano Plenário, com fundamento no art.23, XIII, da Lei Orgânica Municipal, **ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para que, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, informe a esta Casa Legislativa se há levantamento, registro, base de dados ou qualquer forma de catalogação relativa ao número estimado de munícipes diagnosticados com as seguintes patologias graves:**

- Neoplasias Malignas (Câncer);
- Doença de Alzheimer (em estágio de alienação mental);
- Tuberculose Ativa;
- Esclerose Múltipla;
- Paralisia Irreversível e Incapacitante;
- Traumatismo Cranioencefálico;
- Mal de Parkinson;
- Espondiloartrose Anquilosante;
- Nefropatia Grave;
- Doença de Paget em estado avançado (Osteíte Deformante);
- Contaminação por Radiação;
- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS);
- Hepatopatia Grave;
- Fibrose Cística (Mucoviscidose);
- Hidrocefalia;
- Síndrome da Talidomida;
- Transtorno do Espectro Autista (TEA) – grau de suporte 3.

Solicita-se ainda, se possível, que os dados sejam apresentados de forma estatística e estimativa, segmentados por sexo e faixa etária, bem como se há políticas públicas específicas ou programas municipais voltados a esse público.

### **JUSTIFICATIVA**

O presente Requerimento tem por finalidade subsidiar estudos técnicos e legislativos voltados à análise de viabilidade de proposição de um projeto de lei que vise à concessão de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos



## CÂMARA MUNICIPAL CAMPO NOVO DO PARECIS

contribuintes que sejam portadores de patologias graves, bem como àqueles que sejam responsáveis legais por dependentes nessas condições.

A elaboração de uma proposta dessa natureza exige diagnóstico prévio da realidade local, especialmente quanto à quantidade estimada de munícipes acometidos por enfermidades de alta complexidade e potencial incapacitante, a fim de que se possa avaliar o alcance social da medida, bem como os impactos administrativos, orçamentários e financeiros decorrentes da eventual renúncia de receita.

Nesse sentido, busca-se obter da Secretaria Municipal de Saúde informações atualizadas ou estimativas estatísticas sobre a existência e a incidência, no território municipal, de pessoas diagnosticadas com patologias tais.

A coleta dessas informações cumpre papel essencial na análise de impacto social da política pública pretendida, além de ser compatível com o dever constitucional e legal de planejamento, transparência e controle da administração pública, conforme dispõem o art. 37 da Constituição Federal e o art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Portanto, a obtenção desses dados é condição indispensável para que o Poder Legislativo possa exercer sua função legiferante com responsabilidade técnica e respaldo fático, assegurando que futuras iniciativas estejam amparadas em evidências reais e orientadas pelo interesse público.

Sala de Sessões da Câmara Municipal, em 30 de setembro de 2025.

  
**VER. MILTON SOARES**

  
**VER. BEITO MACHADINHO**

  
**VER. ELIAS BARRIGA**

**VER. DR. ANDREI**

  
**VER. JOAQUIM EQUIP**

  
**VER. WILLIAN FREITAS**